



TUTELA PROVISÓRIA COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Giovanna Silva Braz
Taynara Días Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA



Introdução

O direito à saúde envolve questões constitucionais, econômicas e políticas, do qual é possível aplicar duas teorias principais: a reserva do possível que se refere à escassez de recursos orçamentários para políticas de saúde e o mínimo existencial, este, exige que o Estado garanta os direitos básicos da pessoa humana, por conseguinte as tutelas entram na judicialização do direito à saúde, pois, muitas vezes para que o indivíduo consiga o acesso a medicamentos as tutelas provisórias de urgência antecipada são utilizadas.

As tutelas são medidas imediatas e que de alguma forma evitam ou reduzem incômodos sofridos pela parte que está em uma posição de desvantagem e aparentemente desprotegida pelo plano material, e que, devido a lentidão do procedimento comum acaba não podendo usufruir do bem vindo ele perecer. Por apresentar uma natureza emergencial elas apresentam dois requisitos: a fumaça do direito (fumus boni iuris) e o perigo da demora (periculum in mora).

Objetivo

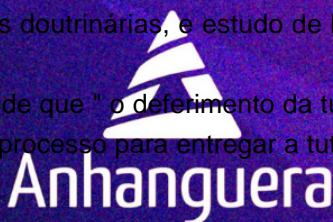
Comprovar como as tutelas provisórias são importantes para assegurar o direito a saúde, visto que, grande parte da população precisa de medicamentos para efetuar diversos tipos de tratamentos e o Estado por vezes não consegue ressarcir todos por meio das políticas públicas feitas pelo poder executivo.

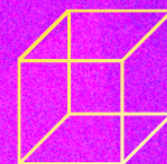
Material e Métodos

Para alcançar o objetivo principal da amostra, que consiste em analisar e demonstrar a relevância da judicialização do direito à saúde através das tutelas, adotou-se o método de revisão bibliográfica, enriquecido por uma análise jurisprudencial, acompanhada de reflexões doutrinárias, e estudo de leis, complementados por análise de casos concretos.

Como abordado, a doutrina utilizada entende que "o deferimento da tutela provisória somente se justifica quando não for possível aguardar pelo término do processo para entregar a tutela jurisdicional pois a demora do processo pode causar um dano irreversível".

Resultados e Discussão





Pode-se usar como parâmetro de análise o caso do Pedido de Tutela Provisória nº 438/CE STJ do qual se tem a necessidade da tutela para a garantia do direito à saúde do paciente José Amilton Costa portador de Linfoma não Hodgkin+20, que fez o pedido de tutela provisória de urgência para o fornecimento do medicamento MABTHERA (RITUXIMABE) em face do Estado do Ceará e da União, do qual foi deferido pelo o Superior Tribunal de Justiça por estarem existentes os requisitos para a tutela provisória, sendo a fumaça do bom direito visto a pretensão de se obter por meio do Estado medicamento para tratamento de doenças graves como aflige o recorrente e o fato de este não possuir condições financeiras para sua aquisição, nesse sentido, também sustenta o perigo da demora visto que a demora no fornecimento da medicação ao recorrente pode levá-lo a óbito. Conforme o doutrinador Fredie Didier reforça, a tutela provisória é concedida quando a espera pelo fim do processo pode causar danos permanentes.

Conclusão

O direito a saúde é um direito social que o Estado deve garantir para reduzir a desigualdade social. O Supremo Tribunal Federal considera que o direito à saúde é inseparável do direito à vida e conforme a Constituição federal direitos e garantias fundamentais (o direito a saúde é uma delas) possuem aplicabilidade imediata.

Conclui-se que a tutela provisória de urgência antecipada se configura como termo fundamental a proteção do direito à saúde, visto que, possui requisitos ímpares para o fornecimento de medicamentos a população.

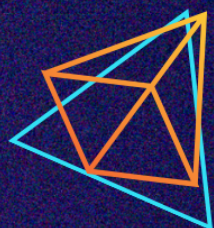
Referências

COSTA BARROS, V. A proteção jurisdicional do direito à saúde. Monografia (Curso de Graduação em Direito) - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. São Luís/MA, p.92. 2018;

DIDIER, F. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 22ª edição. São Paulo: Editora Juspodivm, 2020;

BRASIL. [Constituição (1988)]. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília-DF: Diário oficial, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 maio 2024.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera